

Relatório de Execução Orçamental

1.º Semestre
2026



Sociedade Metropolitana de
Desenvolvimento S.A.

Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. ATIVIDADE	3
2.1. FÓRUM MACHICO	3
2.2. CONCESSÕES, ARRENDAMENTOS, PROTOCOLOS E LICENÇAS PRECÁRIAS	5
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	5
4. EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS	10
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
5.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	13
5.2. BALANÇO	14
5.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	15
6. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
6.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	16
6.1.1. RECEITAS OPERACIONAIS	16
6.1.2. GASTOS OPERACIONAIS	16
6.1.3. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	17
6.1.4. GASTOS COM PESSOAL	19
6.2. BALANÇO	20
6.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	20
7. INFORMAÇÃO ADICIONAL	21
7.1. PESSOAL	21
7.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL	22
7.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS	22
7.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	22
8. CONCLUSÃO	23

1. Introdução

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto foi criada a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S. A. (SMD), com o objetivo de implementar uma estratégia de promoção das vantagens competitivas e comparativas dos vários territórios locais abrangidos, por forma a atrair o investimento externo, criar condições de confiança favoráveis à sua efetivação e congregar os meios humanos necessários ao desenvolvimento da área de intervenção projetada.

A SMD é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

Paralelamente, a partir de 2014 a SMD, S.A., por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SMD tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector

Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro.

Assim, passamos a relatar a execução orçamental no primeiro semestre de 2026 na perspetiva da contabilidade pública e, também, na perspetiva do SNC-AP.

2. Atividade

A SMD rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção, gestão de projetos e concessão.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1. Fórum Machico



O empreendimento Fórum Machico é um espaço cultural constituído por um auditório, uma sala polivalente, duas salas multiusos, biblioteca, zona de restauração, espaços comerciais e um parque de estacionamento com capacidade para 107 lugares.

A ocupação dos espaços no Fórum Machico no 1.º semestre, apresentou a seguinte evolução:

QUADRO 1 – VARIAÇÃO DO NÚMERO DE EVENTOS/UTILIZAÇÕES – 1.º SEMESTRE 2026

Eventos/Utilizações	1.º Semestre		Variação 2026/2025	
	2025	2026	N.º	%
Eventos	216	562	346	160,19%
Utilização Sala Polivalente (Azul)	113	147	34	30,09%
Utilização Auditório	39	43	4	10,26%
Utilização Multiusos (Cinemas)	16	51	35	218,75%
Utilização Multiusos (Bar)	23	41	18	78,26%
Utilização Hall Entrada	90	297	207	230,00%
TOTAL	497	1 141	644	129,58%

Fonte: Fórum Machico

No 1.º semestre de 2026, verificou-se um crescimento muito significativo da atividade do Fórum Machico, refletido no aumento das utilizações dos espaços de 497 para 1141 registos, um acréscimo de 644 utilizações correspondendo a uma variação positiva de 129,58% face ao mesmo período de 2025.

Paralelamente, o número de eventos realizados aumentou de 216 para 562, evidenciando uma maior dinâmica de ocupação e utilização dos diversos espaços do equipamento.

Este crescimento resulta, em grande medida, da fidelização de utilizadores já existentes e da captação de novos requerentes. Destaca-se, em particular, a entrada de um novo utilizador na Sala Polivalente (Azul), com a realização regular de aulas de yoga, bem como o reforço da utilização por parte da Associação ADARS, através do aumento da frequência das aulas realizadas ao longo da semana. Contribuíram igualmente para este resultado as exposições temporárias promovidas no Hall de Entrada.

Importa ainda esclarecer que o indicador “Eventos” corresponde a uma tipologia de atividade e não constitui uma utilização autónoma. Os eventos encontram-se já refletidos nas utilizações registadas nos diferentes espaços, pelo que o total das utilizações representa a ocupação efetiva e consolidada do Fórum Machico no período em análise.

O aumento expressivo do número de eventos está particularmente associado ao reforço das exposições temporárias realizadas no Hall de Entrada. Embora estas iniciativas não tenham gerado receita direta, contribuíram significativamente para o aumento da atividade e da dinâmica de utilização do Fórum Machico.

2.2. Concessões, Arrendamentos, Protocolos e Licenças Precárias

No mapa seguinte está plasmado o resumo dos vários espaços da SMD explorados por parceiros, através de contratos de concessão e arrendamento, bem como, protocolos e licenças precárias:

QUADRO 2 – ESPAÇOS COMERCIAIS – 1.º SEMESTRE

CONCELHO	CONCESSÕES / ARRENDAMENTOS / PROTOCOLOS / LICENÇAS	VALOR
Câmara de Lobos	18	479 091,04 €
Funchal	6	
Santa Cruz	10	
Machico	9	
SUBTOTAL	43	479 091,04 €

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro semestre de 2026:

QUADRO 3 – RESUMO DA DESPESA E RECEITA – 1.º SEMESTRE

RECEITAS	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2026	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE		% EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2026	VARIAÇÃO HOMÓLOGA	
		2025	2026		VALOR	%
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(1)	(5)=(3)-(2)	(6)=(5)/(2)
RECEITAS CORRENTES						
Transferências Correntes	300 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Receitas Correntes	1 876 020,00	578 959,69	562 415,28	30,0%	-16 544,41	-2,9%
Outras Receitas Correntes	57 000,00	1 580,88	0,00	0,0%	-1 580,88	-100,0%
SUBTOTAL	2 233 020,00	580 540,57	562 415,28	25,2%	-18 125,29	-3,1%
RECEITAS CAPITAL						
Transferências de Capital	5 645 279,00	589 561,54	188 930,77	3,3%	-400 630,77	-68,0%
SUBTOTAL	5 645 279,00	589 561,54	188 930,77	3,3%	-400 630,77	-68,0%
Saldo Gerência Anterior	1 307 836,00	2 390 955,19	1 307 835,18	100,0%	-1 083 120,01	-45,3%
SUBTOTAL	1 307 836,00	2 390 955,19	1 307 835,18	100,0%	-1 083 120,01	-45,3%
TOTAL	9 186 135,00	3 561 057,30	2 059 181,23	22,4%	-1 501 876,07	-42,2%

DESPESAS	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE		% EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	VARIAÇÃO HOMÓLOGA	
	2026	2025	2026	2026	VALOR	%
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(1)	(5)=(3)-(2)	(6)=(5)/(2)
DESPESAS CORRENTES						
Despesas com Pessoal	787 673,00	207 283,07	292 538,78	37,1%	85 255,71	41,1%
Aquisição Bens Serviços	1 075 133,00	72 988,60	36 711,96	3,4%	-36 276,64	-49,7%
Juros e Outros Encargos	500,00	0,29	1,29	0,3%	1,00	344,8%
Administração Regional	10 000,00	4 238,17	3 146,21	31,5%	-1 091,96	-25,8%
Outras Despesas Correntes	400 000,00	202 595,73	107 587,46	26,9%	-95 008,27	-46,9%
SUBTOTAL	2 273 306,00	487 105,86	439 985,70	19,4%	-47 120,16	-9,7%
DESPESAS CAPITAL						
Aquisição Bens Capital	6 912 829,00	463 759,45	196 634,91	2,8%	-267 124,54	-57,6%
SUBTOTAL	6 912 829,00	463 759,45	196 634,91	2,8%	-267 124,54	-57,6%
TOTAL	9 186 135,00	950 865,31	636 620,61	6,9%	-314 244,70	-33,0%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

No primeiro semestre a receita orçamental cobrada ascendeu a 2.059.181,23 €, correspondendo a uma taxa de execução de 22,42% face ao orçamento corrigido. Comparativamente ao período homólogo de 2025, verifica-se uma diminuição da receita arrecadada de 1.501.876,07 € (-42,2%), essencialmente explicada pela redução do saldo de gerência transitado e das transferências de capital.

As Receitas Correntes ascenderam a 562.415,28 €, correspondendo a uma taxa de execução de 25,2% do orçamento corrigido, evidenciando uma diminuição de 18.125,29 € (-3,1%) relativamente ao período homólogo. Esta evolução resulta, essencialmente, da redução da receita arrecadada na rubrica Receitas Correntes, bem como da inexistência de cobrança na rubrica Outras Receitas Correntes durante o período em análise.

Relativamente às Receitas de Capital, a execução cifrou-se em 188.930,77 €, correspondente a uma taxa de execução de 3,3%, representando uma diminuição de 400.630,77 € (-68,0%) face ao período homólogo. Esta evolução decorre, essencialmente, do faseamento financeiro dos investimentos e da calendarização dos respetivos financiamentos, não se tendo verificado, até ao final do primeiro semestre, a totalidade dos recebimentos inicialmente previstos.

O Saldo de Gerência Anterior apresenta uma execução de 1.307.835,18 €, correspondendo à integração integral do saldo transitado do exercício anterior, nos termos da legislação orçamental aplicável.

No que respeita à despesa, a execução orçamental ascendeu a 636.620,61 €, correspondente a uma taxa de execução de 6,9% do orçamento corrigido, traduzindo uma diminuição de 314.244,70 € (-33,0%) relativamente ao primeiro semestre de 2025.

A Despesa Corrente totalizou 439.985,70 €, equivalente a uma taxa de execução de 19,4%, registando um decréscimo de 47.120,16 € (-9,7%) face ao período homólogo. Esta evolução resulta, essencialmente, da redução da Aquisição de Bens e Serviços (-36.276,64 €) e das Outras Despesas Correntes (-95.008,27 €), parcialmente compensada pelo aumento das Despesas com Pessoal, que registaram um acréscimo de 85.255,71 € (+41,1%).

A despesa com o pessoal registou um aumento de 41,1%, comparativamente ao ano transato, devido à atualização salarial decorrente do Decreto-Lei 29-A/2026, de 30 de janeiro bem como ao aumento do número de órgãos sociais no período em análise, bem como a reposição dos 5% de redução nas remunerações dos gestores públicos, decorrente da lei. Adicionalmente contribuiu para este acréscimo é explicado pela integração de um assistente operacional e de um assistente técnico em regime de cedência de interesse público, bem como pela contratação de um técnico superior ao abrigo de um contrato de trabalho, fatores que contribuíram para o aumento dos gastos com o pessoal.

A diminuição verificada na rubrica Aquisição de bens e serviços, é justificada pela redução de custos com a prestação de serviços de assessoria jurídica de patrocínio judiciário, bem como redução dos custos inerentes à aquisição do equipamento e software de controlo de assiduidade que ocorreu no 1º semestre de 2025.

A variação de (-46,9%), na rubrica Outras despesas correntes, deve-se ao pagamento do IVA período homólogo ter sido superior ao período em análise.

A Despesa de Capital ascendeu a 196.634,91 €, correspondente a uma taxa de execução de 2,8%, refletindo uma redução de 267.124,54 € (-57,6%) relativamente ao período homólogo. Para esta execução contribuiu a continuidade da Empreitada de Recuperação do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos.

Este desempenho encontra-se associado ao faseamento temporal da execução dos investimentos previstos, verificando-se que parte significativa dos projetos se encontra em fase de procedimentos técnico-administrativos, nomeadamente, contratação, adjudicação ou execução física, sem que, até ao final do primeiro semestre, tenham sido reunidas as condições necessárias ao reconhecimento contabilístico e orçamental da correspondente despesa.

Em termos globais, a execução orçamental do primeiro semestre evidencia um nível de realização compatível com o faseamento financeiro previsto para a execução da atividade e dos investimentos da Sociedade, perspetivando-se um aumento gradual da execução durante o segundo semestre, em resultado da evolução dos procedimentos em curso e do reconhecimento contabilístico e orçamental da correspondente despesa.

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA E DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º SEMESTRE

FONTES DE FINANCIAMENTO			
RECEITA	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2026	EXECUÇÃO 2026	
		VALOR	%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	236 425,00	236 424,74	100,0%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	10 000,00	0,00	0,0%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (388)	300 000,00	0,00	0,0%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	2 635 279,00	188 930,77	7,2%
FUNDO COESÃO - PACS 2030 (4MC)	3 000 000,00	0,00	0,0%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 933 020,00	562 415,28	29,1%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	1 071 410,00	1 071 409,56	100,0%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	1,00	0,88	88,0%
TOTAL	9 186 135,00	2 059 181,23	22,4%
DESPESA	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2026	EXECUÇÃO 2026	
		VALOR	%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	236 425,00	69 801,74	29,5%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	10 000,00	0,00	0,0%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	300 000,00	0,00	0,0%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	2 635 279,00	188 930,77	7,2%
FUNDO COESÃO - PACS 2030 (4MC)	3 000 000,00	0,00	0,0%

FONTES DE FINANCIAMENTO			
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 933 020,00	306 063,80	15,8%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	1 071 410,00	71 824,30	6,7%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	1,00	0,00	0,0%
TOTAL	9 186 135,00	636 620,61	6,9%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

A receita arrecadada por fontes de financiamento ascendeu a 2.059.181,23 €, correspondente a uma taxa de execução de 22,2% do orçamento corrigido.

A execução da receita encontra-se maioritariamente suportada pela utilização dos Saldos de Receitas Próprias Transitados – Com Outras Origens (522), no montante de 1.071.409,56 €, e das Receitas Próprias do Ano com Outras Origens (513), no valor de 562.415,28 €, correspondendo, respetivamente, a taxas de execução de 100% e 29,1%. Regista-se igualmente execução na fonte Fundo de Coesão Nacional (392), no montante de 188.930,77 €, correspondente a uma taxa de execução de 7,2%, bem como na fonte Saldos de Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (382), integralmente executada.

As restantes fontes de financiamento não apresentam execução da receita no período em análise, designadamente as provenientes de Jogos Sociais (387), Indemnizações Compensatórias (388) e Fundo de Coesão – PACS 2030 (4MC), em virtude de não se terem verificado recebimentos associados a estas fontes durante o primeiro semestre.

Relativamente à despesa, a execução orçamental ascendeu a 636.620,61 €, correspondente a uma taxa de execução de 6,9%.

A despesa executada foi financiada, maioritariamente, através das Receitas Próprias do Ano com Outras Origens (513), que registaram uma execução de 306.063,80 €, correspondendo a 15,8% da dotação, do Fundo de Coesão Nacional (392), no montante de 188.930,77 €, dos Saldos de Receitas Próprias Transitados – Com Outras Origens (522), com 71.824,30 €, e dos Saldos de Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (382), no valor de 69.801,74 €.

As restantes fontes de financiamento não registam execução da despesa, situação que se encontra em consonância com o faseamento financeiro dos investimentos e com a programação da execução orçamental definida para o exercício.

Em termos de estrutura de financiamento, verifica-se que a atividade desenvolvida no primeiro semestre foi assegurada, essencialmente, por receitas próprias, pela utilização de saldos transitados e por transferências associadas ao Fundo de Coesão Nacional, mantendo-se a execução das restantes fontes dependente da evolução da execução física e financeira dos investimentos previstos. Prevê-se, por conseguinte, um aumento gradual da execução destas fontes ao longo do segundo semestre de 2026, à medida que sejam processadas as despesas elegíveis, efetuados os correspondentes pagamentos e concretizados os respetivos fluxos financeiros.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 5 – INVESTIMENTOS – 1.º SEMESTRE

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
52 224	122 000,00	122 000,00	6 296,42	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DA SMD, SA	122 000,00	122 000,00	6 296,42	0,00	0,00%
52 430	4 775 299,00	5 265 299,00	43 041,60	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DO PASSEIO MARITIMO DA PRAIA FORMOSA - SOCORRIDOS	4 775 299,00	5 265 299,00	43 041,60	0,00	0,00%
52 749	160 000,00	195 200,00	0,00	0,00	0,00%
REVITALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - FÓRUM MACHICO	160 000,00	195 200,00	0,00	0,00	0,00%
52 750	18 300,00	18 300,00	7 302,22	3 019,82	16,50%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SMD	18 300,00	18 300,00	7 302,22	3 019,82	16,50%
52 751	24 400,00	24 400,00	0,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SMD	24 400,00	24 400,00	0,00	0,00	0,00%
52 752	3 050,00	3 050,00	2 452,05	922,32	30,24%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SMD	3 050,00	3 050,00	2 452,05	922,32	30,24%
52 760	619 980,00	669 980,00	451 231,35	192 692,77	68,59%
REABILITAÇÃO DO EMPREENHIMENTO DO CENTRO CÍVICO DO ESTREITO DE CÂMARA DE LOBOS	619 980,00	669 980,00	451 231,35	192 692,77	68,59%

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
52 761	160 000,00	160 000,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DO EMPREENHIMENTO DA RIBEIRA DA BOAVENTURA	160 000,00	160 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 056	115 000,00	115 000,00	9 760,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DO LARGO DA REPÚBLICA	115 000,00	115 000,00	9 760,00	0,00	0,00%
53 057	25 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00%
REVITALIZAÇÃO DO AQUAPARQUE	25 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 322	219 600,00	219 600,00	70 760,00	0,00	0,00%
EDIFÍCIO DO PORTO DO FUNCHAL / PRAÇA CR7	219 600,00	219 600,00	70 760,00	0,00	0,00%
53 698	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DE SÃO FRANCISCO	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 699	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS INTERIORES E EXTERIORES - SALINAS	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00%
Total Geral	6 302 629,00	6 877 829,00	590 843,64	196 634,91	2,85%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

A execução financeira do Plano de Investimentos apresenta uma evolução gradual, refletindo o faseamento temporal previsto para a concretização dos projetos e a calendarização dos respetivos procedimentos técnico-administrativos e contratuais.

Durante o primeiro semestre registou-se execução financeira em alguns investimentos, destacando-se o Projeto 52760 – Reabilitação do Empreendimento do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos, que apresenta uma execução de 192.692,77 €, correspondente a 68,59% da dotação cabimentada, evidenciando o normal desenvolvimento da empreitada em curso.

Regista-se igualmente execução no Projeto 52750 – Equipamento Básico, no montante de 3.019,82 €, correspondente a uma taxa de execução de 16,50%, bem como no Projeto 52752 – Equipamento Administrativo, com uma execução de 922,32 €, equivalente a 30,24% da dotação cabimentada.

Os restantes projetos de investimento não apresentam execução financeira até ao final do primeiro semestre, embora, em diversos casos, já tenham sido efetuadas cabimentações orçamentais, designadamente nos projetos Reabilitação das Infraestruturas e Equipamentos da SMD, Reabilitação do Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos, Reabilitação do Largo da República e Edifício do Porto do Funchal / Praça CR7, demonstrando que se encontram em diferentes fases de preparação, contratação e execução.

Destaca-se que o projeto de Reabilitação do Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos foi objeto de lançamento de concurso público para a empreitada de reabilitação, contudo o concurso ficou deserto uma vez que as propostas apresentadas foram todas excluídas nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos.

A execução do Plano de Investimentos foi condicionada pela complexidade e duração dos procedimentos administrativos e de contratação pública, pela necessidade de obtenção das autorizações legalmente exigidas e pela reduzida capacidade de resposta do mercado, particularmente nos setores da engenharia e da construção civil. Acrescem as dificuldades verificadas na tramitação de alguns procedimentos concursais e o desfasamento temporal entre a adjudicação dos contratos, o início da execução física das intervenções e o reconhecimento contabilístico da correspondente despesa.

Neste contexto, a reduzida execução financeira verificada em alguns projetos não traduz a ausência de desenvolvimento dos investimentos previstos, refletindo antes o normal faseamento da respetiva execução. Prevê-se, por conseguinte, um aumento gradual dos níveis de execução durante o segundo semestre de 2026, à medida que sejam concluídos os procedimentos em curso, rececionados e conferidos os documentos de despesa, processados os respetivos pagamentos e reconhecida a correspondente execução orçamental.

5. Demonstrações Financeiras

5.1. Demonstração de Resultados por Natureza

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º SEMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
Prestações de serviços	513 284,18	508 897,30	1 023 598,91
Transferencias correntes e subsidios à exploração			-
Fornecimentos e serviços externos	(34 415,89)	(74 203,87)	(165 707,04)
Gastos com o pessoal	(294 649,97)	(228 476,46)	(492 187,62)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			-
Outros rendimentos e ganhos	110 972,22	119 319,89	240 542,32
Outros gastos e perdas	(3 493,72)	(3 021,27)	(10 817,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento)	291 696,82	322 515,59	595 429,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 895 892,32)	(1 895 431,56)	(3 790 766,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(1 604 195,50)	(1 572 915,97)	(3 195 337,35)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-	-
Resultado antes de impostos	(1 604 195,50)	(1 572 915,97)	(3 195 337,35)
Imposto sobre o rendimento	-	-	-
Resultado líquido do período	(1 604 195,50)	(1 572 915,97)	(3 195 337,35)

Fonte: Opção Divina

5.2. Balanço

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	1º SEMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	95 596 682,38	98 709 139,41	97 295 419,39
Ativos intangíveis			-
Total de ativo não corrente	95 596 682,38	98 709 139,41	97 295 419,39
Ativo CORRENTE			
Clientes, contribuintes e utentes	355 949,40	279 875,32	306 447,75
Estado e outros entes públicos	39 535,93	40 721,39	26 406,00
Outras contas a receber	563 447,61	600 826,44	561 278,18
Caixa e depósitos	1 889 517,99	3 072 547,79	1 773 183,25
Total de ativo corrente	2 848 450,93	3 993 970,94	2 667 315,18
TOTAL DO ATIVO	98 445 133,31	102 703 110,35	99 962 734,57
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	91 057 785,00	78 556 415,00	91 057 785,00
Outros instrumentos de capital próprio	1,62	59 045 499,55	1,62
Prémios de emissão	-	2,73	-
Resultados transitados	(3 195 337,35)	(113 410 797,28)	-
Outras variações no Património Líquido	6 135 663,97	5 741 812,28	6 054 015,60
Resultado líquido do período	(1 604 195,50)	(1 572 915,97)	(3 195 337,35)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	92 393 917,74	28 360 016,31	93 916 464,87
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3 133 848,00	3 133 848,00	3 133 848,00
Financiamentos obtidos		66 866 666,62	-
Passivos por impostos diferidos	925 011,53	887 902,52	928 701,35
Total do passivo não corrente	4 058 859,53	70 888 417,14	4 062 549,35
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	6 530,31	11 471,13	-
Estado e outros entes públicos	34 532,08	121 353,96	34 683,48
Financiamentos obtidos			-
Outras contas a pagar	1 951 293,65	3 321 851,81	1 949 036,87
Total do passivo corrente	1 992 356,04	3 454 676,90	1 983 720,35
TOTAL DO PASSIVO	6 051 215,57	74 343 094,04	6 046 269,70
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	98 445 133,31	102 703 110,35	99 962 734,57
	-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte: Opção Divina

5.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

(MÉTODO DIRECTO) (Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º SEMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	552 313,38	582 503,12	1 175 298,35
Pagamentos a fornecedores	-38 813,10	-74 318,55	-190 020,01
Pagamentos ao pessoal	-292 812,14	-263 630,14	-467 058,56
Caixa gerada pelas operações	220 688,14	244 554,43	518 219,78
Pagamento/recebimento do importo sobre o rendimento			24 886,22
Outros recebimentos/pagamentos	-99 371,44	434 915,92	-1 788 115,52
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	121 316,70	679 470,35	-1 245 009,52
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-193 912,73	-463 759,45	-883 410,99
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao Investimento	188 930,77		1 044 766,87
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-4 981,96	-463 759,45	161 355,88
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	116 334,74	215 710,90	-1 083 653,64
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 773 183,25	2 856 836,89	2 856 836,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 889 517,99	3 072 547,79	1 773 183,25
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 773 183,25	2 856 836,89	2 856 836,89
- Equivalentes a caixa no início do período	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior	1 773 183,25	2 856 836,89	2 798 694,87
De execução orçamental	1 307 835,18	2 390 955,19	2 332 813,17
De operações de tesouraria	465 348,07	465 881,70	465 881,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 889 517,99	3 072 547,79	1 773 183,25
- Equivalentes a caixa no fim do período	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte	1 889 517,99	3 072 547,79	1 773 183,25
De execução orçamental	1 422 560,62	2 610 774,42	1 307 835,18
De operações de tesouraria	466 957,37	461 773,37	465 348,07

Fonte: Opção Divina

6. Notas às Demonstrações Financeiras

6.1. Demonstração de Resultados

6.1.1. Receitas Operacionais

A variação ocorrida nas Receitas Operacionais, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 6 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Receitas Operacionais	1º Semestre		VARIAÇÃO	
	2025	2026	Valor	%
Vendas e serviços prestados	508 897 €	513 284 €	4 387 €	1%
Outros rendimentos	119 320 €	110 972 €	- 8 348 €	-7%
Total	628 217 €	624 256 €	- 3 961 €	-1%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

As Vendas e serviços prestados, tiveram uma variação positiva de 1%, que corresponde ao que se encontra efetivamente faturado.

A reduzida variação observada resulta, maioritariamente, da diminuição da faturação associada à exploração de espaços comerciais, em consequência da redução do número de espaços ocupados relativamente ao período homólogo de 2025, como por exemplo, o espaço snack-bar do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos.

A rubrica "Outros Rendimentos" regista uma execução de 110.972 €. Esta rubrica é composta maioritariamente pela imputação de subsídios ao investimento, cujo reconhecimento contabilístico é efetuado de forma faseada, em conformidade com a depreciação e amortização dos ativos financiados. Assim, o nível de execução observado no final do primeiro semestre decorre essencialmente da natureza temporal deste reconhecimento contabilístico.

6.1.2. Gastos Operacionais

A variação ocorrida nos Gastos Operacionais, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 7 – GASTOS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Gastos Operacionais	1º Semestre		VARIAÇÃO	
	2025	2026	Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	74 204 €	34 416 €	- 39 788 €	-54%
Gastos com o pessoal	228 476 €	294 650 €	66 174 €	29%
Outros gastos	3 021 €	3 494 €	472 €	16%
Total	305 702 €	332 560 €	26 858 €	9%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

Em relação à execução, podemos concluir:

No primeiro semestre de 2026, os gastos operacionais ascenderam a 332.560 €, correspondendo a uma variação positiva de 9%, face ao período homólogo.

Nos Fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma variação de (-54%), justificado pela redução dos custos com a prestação de serviços de assessoria jurídica de patrocínio judiciário, bem como redução bem como redução dos custos inerentes à aquisição do equipamento e software de controlo de assiduidade que ocorreu no 1º semestre de 2025.

A rubrica despesas com pessoal registou uma variação de 29%, conforme melhor evidenciado no ponto 6.1.4.

6.1.3. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 8 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º SEMESTRE		VARIAÇÃO	
		2025	2026	Valor	%
6221	Trabalhos especializados	28 331,22	6 856,61	-21 474,61	-76%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	280,72	3 381,24	3 100,52	1104%
6226	Conservação e reparação	4 880,10	2 803,05	-2 077,05	-43%
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	329,85	189,85	-140,00	-42%
6233	Material de escritório	114,62	60,49	-54,13	-47%
6241	Eletricidade	16 001,15	5 310,18	-10 690,97	-67%
6242	Combustíveis e lubrificantes	181,17	2 592,38	2 411,21	1331%
6243	Água	1 409,03	614,00	-795,03	-56%
6262	Comunicações	3 200,52	6 531,67	3 331,15	104%

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º SEMESTRE		VARIAÇÃO	
		2025	2026	Valor	%
6267	Limpeza, higiene e conforto	2 769,88	0,00	-2 769,88	-100%
6269	Outros serviços	16 705,61	6 076,42	-10 629,19	-64%
	Total	74 203,87	34 415,89	-39 787,98	-54%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

Uma análise comparativa aos FSE da SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A, entre o 1º semestre de 2025 e o período homólogo de 2026, permite verificar uma redução global dos custos na ordem dos 54%. Assim, no 1.º semestre de 2026, os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 34.415,89 €, representando uma redução de 39.787,98 € (-54%) face ao período homólogo de 2025. Este facto deve-se a uma redução significativa dos custos registados em três rubricas, nomeadamente nos Trabalhos Especializados, na Conservação e Reparação e nos Outros Serviços.

No que se refere à rubrica Trabalhos Especializados, verifica-se uma redução de -76%, o que corresponde a uma variação de 21.474,61 €, facto decorrente da redução de custos com a prestação de serviços de assessoria jurídica de patrocínio judiciário, bem como redução dos custos inerentes à aquisição do equipamento e software de controlo de assiduidade que ocorreu no 1º semestre de 2025.

Relativamente à rubrica de Conservação e Reparação, verifica-se uma redução que corresponde a uma variação de -2 .077,05 € (-43%), facto que se deve à redução de custos com o elevador do Edifício na Praça CR7, nomeadamente com a intervenção que ocorreu em 2025 ao nível da substituição do pavimento e das baterias de resgate e do modem deste elevador.

Relativamente à rubrica de Eletricidade, verifica-se uma redução de 67%, comparativamente ao período homólogo, justificada, essencialmente, pelo facto de, desde junho de 2025, os encargos com o consumo de eletricidade dos espaços localizados no Edifício da Ribeira da Boaventura terem passado a ser suportados pelo concessionário.

Já no que se refere à rubrica Outros Serviços verifica-se uma redução significativa que corresponde a uma variação negativa de 10.629,19 € (-64%), facto que se deve à redução de custos com outros serviços, nomeadamente com os serviços de mudança de mobiliário,

equipamentos e materiais de escritório dos Serviços das Sociedades de Desenvolvimento para a nova Sede, os quais ocorreram no 1º semestre de 2025.

Em sentido inverso, verificou-se um aumento das despesas com Combustíveis e Lubrificantes no 1º semestre de 2026, que reflete um aumento de 2.411,21 (+1331%), facto que tem a ver com o acréscimo das necessidades de deslocação e utilização de viaturas/equipamentos no decurso do período, bem como com o impacto da evolução dos preços dos combustíveis.

Da mesma forma, o aumento dos custos com a rubrica de Comunicações é justificado pelo acréscimo da utilização dos serviços de telecomunicações e pela atualização dos tarifários contratado por forma a assegurar o normal funcionamento das atividades.

As restantes rubricas apresentam variações de menor expressão ou mantiveram níveis de despesa reduzidos, não alterando de forma significativa a evolução global da conta.

6.1.4. Gastos com Pessoal

A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 12 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Semestre		VARIAÇÃO	
		2025	2026	Valor	%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	26 705,57	29 482,78	2 777,21	10%
632	Remunerações do pessoal	159 183,53	209 970,02	50 786,49	32%
634	Indeminizações	0,00	0,00	0,00	0%
635	Encargos sobre remunerações	41 461,30	54 193,23	12 731,93	31%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	6 067,14	6 844,04	776,90	13%
63512	Encargos com o restante pessoal	35 394,16	47 349,19	11 955,03	34%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	942,56	1 003,94	61,38	7%
638	Outros gastos com o pessoal	183,50	0,00	-183,50	-100%
	Total	228 476,46	294 649,97	66 173,51	29%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

A rubrica despesas com o pessoal registou um aumento de 29%, comparativamente ao ano 2025, devido à atualização salarial decorrente do Decreto-Lei 29-A/2026, de 30 de janeiro bem

como ao aumento do número de órgãos sociais no período em análise e a respetiva a reposição dos 5% de redução nas remunerações dos gestores públicos, decorrente da lei. Contribuiu ainda para este acréscimo é explicado pela integração de um assistente operacional e de um assistente técnico em regime de cedência de interesse público, bem como pela contratação de um técnico superior ao abrigo de um contrato de trabalho, fatores que contribuíram para o aumento dos gastos com o pessoal.

6.2. Balanço

Uma análise comparativa ao Balanço da SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. entre o 1.º semestre de 2026 e a posição a 31/12/2025, permite destacar os seguintes aspetos às rubricas do balanço:

- uma redução do Ativo Não Corrente, nomeadamente dos Ativos Fixos Tangíveis no valor de 1.698.737,01 €, facto que se deve ao cálculo das amortizações do 1.º semestre de 2026, sendo de salientar que, pese embora tenha havido um aumento do investimento neste período, o qual regista um valor de 197.155,31€, o montante não supera o valor registado nas amortizações do semestre, o que espelha uma diminuição do valor do ativo líquido;
- um aumento na conta de Clientes entre o período em análise e a posição a 31/12/2025, no montante de 49.501,65 € que diz respeito a valores a receber por parte de alguns clientes;
- um acréscimo do valor nas contas de fornecedores a pagar no montante de 6.530,31€, o qual diz respeito a faturas que se encontram por liquidar.

6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Uma análise aos Fluxos de Caixa da SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A, relativa ao 1.º semestre de 2026 permite destacar os seguintes aspetos:

- nas operações de fluxos de caixa regista-se um saldo positivo no fluxo gerado pelas atividades operacionais, refletindo o facto de as receitas cobradas serem suficientes para fazer face aos pagamentos operacionais do período;

- no fluxo gerado pelas operações de investimento regista-se um saldo negativo, que não sendo, contudo, expressivo decorre do facto de os pagamentos de investimento terem sido superiores aos subsídios ao investimento recebidos;
- no final do período observa-se uma variação positiva na ordem dos 116.334,74 €;
- ainda a observar que o saldo de caixa e seus equivalentes no fim do período, que inclui o saldo de gerência anterior e as variações do período anteriormente referidas, no final do 1º semestre, reporta-se a um montante de 1.889.517,99 €, havendo a salientar que este montante é superior ao saldo de caixa e seus equivalentes no início do período.

7. Informação Adicional

7.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da SMD, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vogais Executivos e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Técnico Superior – 8 (oito) trabalhadores, dos quais 1 (um) encontram-se a exercer funções noutra Entidade como Vogal do Conselho de Administração;
- Técnico de informática – 1 (um) trabalhador;
- Assistente Técnico – 4 (quatro) trabalhadores;
- Assistente Operacional – 1 (um) trabalhador.

QUADRO 13 –RESUMO DE PESSOAL – 1.º SEMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
13	1	5	19

Fonte: Unidade de Gestão de Recursos Humanos

7.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 14– EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL

	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	107 338,23	11 471,13	4 076,30	0,00	5 298,15	6 530,31
Forn de Investimentos (271 - SNC-AP)	0,00	1 117,79	0,00	0,00	2 169,43	0,00
Total	107 338,23	12 588,92	4 076,30	0,00	7 467,58	6 530,31

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

7.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
PMR (em dias)	101	50	35	27	125	63

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

7.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
PMP (em dias)	575	15	4	0	2	3

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

8. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos resultados e na sustentabilidade da SMD, em cumprimento dos objetivos definidos para o ano de 2026.

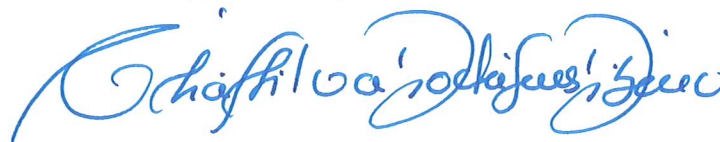
Paralelamente, existe a procura contínua no financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Importa ainda destacar o relevante papel de serviço público assegurado pelas Sociedades, nomeadamente através da disponibilização e manutenção de espaços de acesso livre ao público em geral, como as Frentes Marítimas, contribuindo para a valorização do território, bem-estar das populações e atratividade turística da Região.

Funchal, 30 de julho de 2026

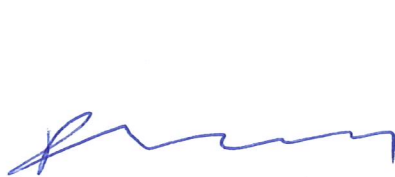
O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)



(Elias Homem de Gouveia)



**Relatório de Execução
Orçamental
1.º Semestre 2026**



Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Semestre de 2026

Julho de 2026

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |
Capital Social €44.900 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	4
3. Conclusões	6
4. Nota Final	7

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2026-2028.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. (doravante “SMD” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro semestre de 2026, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro semestre de 2026 com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 30 de junho de 2026, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SMD com referência ao primeiro semestre de 2026, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 30 de junho de 2026 são as seguintes:

Designação	2026			2025		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	2 233 020	562 415	25,2%	1 291 245	580 541	45,0%
Transferências Correntes	300 000	0	0,0%	0	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 876 020	562 415	30,0%	1 258 209	578 960	46,0%
Outras receitas correntes	57 000	0	0,0%	33 036	1 581	4,8%
RECEITAS DE CAPITAL	5 645 279	188 931	3,3%	2 380 067	589 562	24,8%
Venda de bens de investimento	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Transferências de capital	5 645 279	188 931	3,3%	1 790 600	589 562	32,9%
Ativos financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Outras Receitas de Capital	0	0	0,0%	589 467	0	0,0%
OUTRAS RECEITAS	1 307 836	1 307 835	100,0%	2 390 956	2 390 955	100,0%
Saldo da gerência anterior	1 307 836	1 307 835	100,0%	2 390 956	2 390 955	100,0%
TOTAL	9 186 135	2 059 181	22,4%	6 062 268	3 561 057	58,7%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 30 de junho de 2026 ascende a 22,4%, que se traduz em 2.059.181 euros em termos absolutos, diminuindo cerca de 1.501.876 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “Saldo da gerência anterior” encontra-se totalmente integrado, sendo este inferior em cerca de 1.083.120 euros, comparativamente ao registado em igual semestre do ano anterior.
- ✓ As “Receitas Correntes” evidenciam uma variação negativa no montante de 18.125 euros, em virtude da diminuição da redução da receita arrecadada na rubrica “Venda de bens e serviços correntes”, bem como da inexistência de cobrança na rubrica “Outras receitas correntes” durante o período em análise.
- ✓ Relativamente às “Receitas de capital”, a execução atingiu 188.931 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 3,3%, diminuindo cerca de 400.631 euros face ao período homólogo. Esta evolução decorre do faseamento financeiro dos investimentos e da calendarização dos respetivos financiamentos, não se tendo verificado até ao final do primeiro semestre, a totalidade dos recebimentos inicialmente previstos.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 30 de junho de 2026 apresentam-se da seguinte forma:

Designação	2026			2025		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	2 273 306	439 986	19,4%	1 616 867	486 523	30,1%
Despesas com pessoal	787 673	292 539	37,1%	548 339	206 627	37,7%
Aquisição de bens e serviços	1 075 133	36 712	3,4%	667 992	73 062	10,9%
Juros e outros encargos	500	1	0,3%	500	0	0,1%
Transferências correntes	10 000	3 146	31,5%	23 036	4 238	18,4%
Outras despesas correntes	400 000	107 587	26,9%	377 000	202 596	53,7%
DESPESAS DE CAPITAL	6 912 829	196 635	2,8%	4 445 401	463 759	10,4%
Aquisição de bens de capital	6 912 829	196 635	2,8%	4 445 401	463 759	10,4%
Transferências de capital	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Ativos financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Passivos financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%
TOTAL	9 186 135	636 621	6,9%	6 062 268	950 283	15,7%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2026 situa-se em 6,9%, representando um total de despesa paga pela Sociedade de 636.621 euros.

Verifica-se uma diminuição de cerca de 313.662 euros face à realizada no período homólogo.

Devido a esta alteração, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que, de certa forma, justificam o grau de execução registado no orçamento da despesa com referência a 30 de junho de 2026:

- ✓ A rubrica de “*Outras despesas correntes*” registou uma diminuição de cerca de 95.008 euros face ao período homólogo, refletindo essencialmente a redução do IVA a pagar no período em análise.
- ✓ A rubrica “*Despesas com pessoal*” registou um acréscimo de cerca de 85.911 euros face ao período homólogo, explicado, sobretudo, das atualizações salariais entretanto implementadas, do aumento do número de membros dos órgãos sociais no período em análise e da reposição da redução remuneratória de 5% anteriormente aplicada aos gestores públicos, nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, também contribuíram para este aumento a integração de um assistente operacional e de um assistente técnico em regime de cedência de interesse público e a contratação de um técnico superior ao abrigo de um contrato de trabalho.
- ✓ A diminuição que se verificou na rubrica “*Aquisição de bens e serviços*”, no montante de 36.350 euros é justificada pela redução de custos com a prestação de serviços de assessoria jurídica de patrocínio judiciário,

assim como a redução dos custos inerentes à aquisição do equipamento e software de controlo de assiduidade que ocorreu no semestre em análise.

- ✓ As “Despesas de Capital” ascenderam a 196.635 euros, equivalendo a uma taxa de execução de 2,8% em consequência da continuidade da Empreitada de Recuperação do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos. Esta evolução traduz-se no faseamento temporal da execução dos investimentos previstos, verificando-se que parte significativa dos projetos se encontra em fase de procedimentos técnico-administrativos, nomeadamente contratação, adjudicação ou execução física, sem que, até ao final do primeiro semestre tenham sido reunidas as condições necessárias ao reconhecimento contabilístico e orçamental do correspondente montante de despesa.

3. Conclusões

Salientamos que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 desta Sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 97.295 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas com referência a 31 de dezembro de 2025. Importa salientar que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento, a concretizar previsivelmente no exercício de 2026, de modo a assegurar que quaisquer ajustamentos sejam refletidos de forma consolidada e apropriada no contexto da reestruturação e racionalização do setor empresarial público regional.*
- *A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 527 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património da Entidade.*

- *No decurso do trabalho efetuado, verificámos que a Entidade tem constituída uma provisão para fazer face a eventuais responsabilidades futuras relativas a processos judiciais no montante de cerca de 2.900 milhares de euros.*

Por não termos garantias de que a provisão constituída seja suficiente para fazer face a essas eventuais responsabilidades, a 31 de dezembro de 2025, não nos é possível concluir sobre a razoabilidade desse montante inscrito no balanço da Entidade.”

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 30 de julho de 2026

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Amaro André Sousa Abreu (ROC n.º 2072 | CMVM n.º 20230001)

Assinado por: Amaro André Sousa Abreu
Num. de Identificação: BI13613097
Data: 30-07-2026 10:28:09 +01:00

